



Ass.  
d.º  
A

1  
2  
3  
4  
5  
6  
7  
8  
9  
10  
11  
12  
13  
14  
15  
16  
17  
18  
19  
20  
21  
22  
23  
24  
25  
26  
27  
28  
29  
30  
31  
32  
33  
34  
35  
36  
37  
38  
39  
40  
41  
42  
43  
44  
45  
46  
47  
48  
49  
50  
51

**Assembleia de Freguesia  
da  
União das Freguesias de Coimbra – Sé Nova, Santa Cruz, Almedina, São Bartolomeu**

**Ata n.º 03/2019**

Aos dois dias do mês de Julho do ano de dois mil e dezanove, pelas vinte e uma horas e dezassete minutos, reuniu a Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Coimbra – Sé Nova, Santa Cruz, Almedina e São Bartolomeu, em sessão ordinária, na Delegação da União das Freguesias de Coimbra da Almedina, sita na Rua Fernandes Tomás n.º 82, nos termos da alínea b) n.º 1 do artigo 14º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro, dando cumprimento ao artigo 11º do mesmo diploma, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Período de Antes da Ordem do Dia.
    - 1.1 Apreciação e votação da ata da sessão anterior e informação sobre a ata 01/2019.
    - 1.2 Leitura do expediente e informações/ esclarecimentos diversos à Assembleia.
    - 1.3 Assuntos gerais diversos de interesse autárquico com carácter urgente e que não implicam votações.
  2. Situação do edifício do Café Santa Cruz (síntese da situação como Anexo 1).
    - 2.1 Informação sobre o despacho praticado aos 13.11.2018 no Processo n.º 6128/16.8T8CBR, pendente no 4º Juízo, do Juízo Central Cível, da Comarca de Coimbra.
    - 2.2 Informação sobre o ofício referência 13877, da Câmara Municipal de Coimbra, datado de 29.04.2019, e junto ao processo identificado aos 03.05.2019, do qual resulta que o prédio identificado é passível de ser constituído em regime de propriedade horizontal.
    - 2.3 Deliberação sobre a transacção a celebrar no predito processo judicial, permitindo que nessa transacção se reconheça que o prédio seja sujeito à constituição do regime de propriedade horizontal, ficando o rés-do-chão para a Junta da União das Freguesias de Coimbra e o primeiro andar para a Comissão Fabriqueira da Igreja de Santa Cruz.
    - 2.4 Possibilidade dessa transacção homologada judicialmente constituir ainda título para efeitos de registo predial do identificado prédio.
  3. Apreciação e votação de propostas de alteração dos valores da Tabela de Taxas e Emolumentos vigente na UFC (Anexos 2 e 3).
  4. Debate sugerido pelo líder de bancada do Partido Socialista a respeito das comissões da Assembleia de Freguesia (Anexo 4).
  5. Apreciação da informação do Sr. Presidente da Junta da União das Freguesias de Coimbra acerca da actividade desta (Anexo 5), bem como da situação financeira actual da União (Anexo 6).
  6. Outros assuntos de interesse para a União de Freguesias, a serem suscitados pelos membros da Assembleia.
  7. Período de intervenção do público.
- Estiveram presentes os Srs./as deputados/as à Assembleia de Freguesias (com as respectivas

*Alm. Abreu*  
*PR*

52 assinaturas nas folhas de presença):

53

54 - Maria do Carmo de Sousa Ferreira, Jovino Augusto Armada Lourenço da Chão, Hugo António  
55 Valente Abreu e Manuel Barata de Tovar Portela Vieira (PPD/PSD);

56

57 - Ana Isabel Rodrigues Carvalho Simões, 1.º Secretário da Mesa de Assembleia (CDS-PP);

58

59 - Apolino Manuel dos Santos Pereira, Nuno Miguel Marques de Sousa, António Virgílio de  
60 Albuquerque Baptista Mendes, em substituição de Carla Alexandra Ribeiro da Silva Azevedo de  
61 Freitas (**Anexo 7**), e Ricardo José dos Reis Barata (PS);

62

63 - Afonso Miguel de Freitas Tavares Madeira, Presidente da Mesa de Assembleia, e Mariana  
64 Alexandra Miranda Ribeiro, 2.º Secretário da Mesa da Assembleia (Grupo de Cidadãos Eleitores  
65 “Somos Coimbra”);

66

67 - Maria Helena Dias Loureiro (Grupo de Cidadãos Eleitores “Cidadãos por Coimbra”);

68

69 - Gonçalo José Mourão de Almeida (CDU – Coligação Democrática unitária).

70

71 Estiveram igualmente presentes os Membros do Executivo João Francisco Monteiro de Lencastre  
72 Campos (Presidente da Junta), Carlos Rogério Antunes Pinto (Secretário), Américo Alves Petim  
73 (Tesoureiro), Manuel Fernando dos Santos Lobão (1.º Vogal) e Hélder Rodrigues Abreu (2.º  
74 Vogal).

75

76

77

78 O Presidente da Mesa abriu a sessão justificando a ausência da deputada Carla Alexandra Ribeiro  
79 da Silva Freitas, bem como a presença do Presidente da Junta, visto que este se encontra na  
80 obrigação legal de gozo de licença de paternidade.

81

82 O Presidente da Junta entendeu ser útil estar presente para prestar alguns esclarecimentos que  
83 eventualmente só ele poderia prestar e o Presidente da Mesa questionou os deputados sobre se  
84 havia alguma oposição a esta presença.

85

86 Não tendo havido ninguém a opor-se, prosseguiu a sessão com a participação do Presidente do  
87 Executivo.

88

89 Entrou-se assim no **Ponto 1.1 (Apreciação e votação da ata da sessão anterior e informação**  
90 **sobre a ata 01/2019).**

91

92 O deputado Ricardo Barata fez saber que tinha pedido a correcção da ata e que a que tinha em seu  
93 poder não estava corrigida.

94

95 O deputado Nuno Sousa partilhou não ter recebido também a ata corrigida.

96

97 A deputada Maria Helena Loureiro sugeriu, de forma a não se perder tempo e dadas algumas  
98 dúvidas, que a votação transitasse para a próxima reunião.

99

100 O Presidente da Mesa concordou em retirar a ata da votação por agora, embora tivesse ideia de  
101 ter ordenado o envio com as correcções.

102

103 Teve então lugar o **Ponto 1.2 (Leitura do expediente e informações/ esclarecimentos diversos**  
104 **à Assembleia).**

105

106 O Presidente da Mesa passou a palavra ao Presidente da Junta da UFC para este informar os

Ass.  
Abreu  
D

107 presentes que, no tocante à descentralização de competências da Câmara para a UFC, ainda não  
108 há novidades significativas, dado que a Câmara Municipal de Coimbra ainda não reuniu com a  
109 União das Freguesias de Coimbra.

110

111 A UFC já voltou duas vezes a solicitar a necessária reunião, inclusive com carácter de urgência,  
112 mas só deverão começar as negociações depois de 30 de Junho e essas negociações poderão ter  
113 que estender-se até Setembro ou Outubro.

114

115 Tomou a palavra António Virgílio Mendes, transmitindo que esteve presente na última reunião  
116 da Assembleia Municipal e assistiu à votação e alteração para novos parâmetros da delegação de  
117 competências que era o padrão usual de anos anteriores.

118

119 Pediu a palavra o Presidente da UFC, esclarecendo que a votação desse órgão não teve a ver com  
120 aquilo de que estava a falar. A descentralização para as freguesias também foi à Assembleia  
121 Municipal, mas apenas para conhecimento.

122

123 O deputado Gonçalo Almeida salientou que não se devem confundir acordos de execução com  
124 transferência de competências.

125

126 Ainda antes da ordem do dia, no âmbito do **Ponto 1.3 (Assuntos gerais diversos de interesse**  
127 **autárquico com carácter urgente e que não implicam votações)**, foi permitido ao mesmo  
128 deputado chamar a atenção dos órgãos da UFC para as situações do Centro de Saúde da Avenida  
129 Fernão de Magalhães e do Centro de Saúde de Celas, bem como das Maternidades.

130

131 O deputado Apolino Pereira, dentro do mesmo ponto, chamou a atenção para os honorários por  
132 pagar da solicitadora que trabalhou no processo do edifício do Café Santa Cruz numa sua fase  
133 inicial.

134

135 Em resposta, o Presidente da Junta informou que recebeu o pedido de pagamento mas não tem  
136 qualquer suporte documental legal que prove que a solicitadora prestou esse serviço e, não  
137 existindo documentos que comprovem tal trabalho, não pode proceder ao pagamento.

138

139 Apolino Pereira afirmou ser um falso problema, destacando o conhecimento do assunto por parte  
140 de um elemento do actual Executivo: Hélder Abreu, Presidente da Junta aquando dos factos.  
141 Adicionalmente, sugeriu a leitura das atas do Executivo anterior.

142

143 Mais informou que houve recolha de dados arquivados, entrega e arquivamento nos serviços da  
144 UFC.

145

146 O deputado Gonçalo Almeida teceu algumas considerações sobre um jurista pegar num processo  
147 subsistindo dívidas com um colega.

148

149 Os deputados António Virgílio Mendes e Maria Helena Loureiro confirmaram o quadro  
150 apresentado pelo colega Apolino Pereira e solicitaram acção imediata.

151

152 Interveio a advogada Cláudia Nunes Vicente, devidamente autorizada a falar, para tentar  
153 esclarecer alguns pontos e, desde logo, o seu posicionamento no processo.

154

155 O Presidente da UFC quis esclarecer que nunca o Executivo disse que não ia pagar a quantia em  
156 causa (610 euros). Apenas foi pedida uma confirmação que nunca aconteceu.

157

158 O Presidente da Mesa da Assembleia questionou então o Executivo sobre se ainda subsistia  
159 alguma dúvida.

160

161 O Presidente da UFC salientou que gostaria que ficasse em ata que nada disto tem a ver com

Al.  
d. Silva  
H

162 questões partidárias e, em resposta ao Presidente da Mesa, afirmou-se esclarecido, indo efectuar  
163 o pagamento.

164  
165 António Virgílio Mendes ainda pediu alguns esclarecimentos a respeito ao antigo Presidente da  
166 UFC, Hélder Abreu, que respondeu não ter memória precisa dos factos.

167  
168 O Presidente da Mesa da Assembleia abriu então o **Ponto 2 (Situação do edifício do Café Santa**  
169 **Cruz)**.

170  
171 Dada a palavra ao Presidente da UFC, este passou-a ao Secretário da Junta, que tem sido o  
172 elemento do Executivo destacado para acompanhar mais de perto este processo.

173  
174 O Secretário começou por recordar que já houve uma sessão anterior da Assembleia de Freguesia  
175 em que foi aceite a possibilidade de se constituir a propriedade horizontal do edifício, ficando o  
176 Rés-do-Chão para a UFC e o primeiro andar para a Comissão Fabriqueira da Igreja de Santa Cruz.  
177 Ora, já foram feitas diligências nesse sentido, nomeadamente o levantamento topográfico.

178  
179 Pediu assim à advogada Cláudia Nunes Vicente para esclarecer os presentes de todas as  
180 diligências, tendo a mesma feito o ponto de situação.

181  
182 Pediu a palavra António Virgílio Mendes, procurando saber se os documentos relativos às  
183 intervenções técnicas estão disponíveis.

184  
185 O Presidente da UFC declarou então que o que o Executivo pretende é que todas as áreas ocupadas  
186 pelo Café Santa Cruz fiquem para a União das Freguesias de Coimbra, ficando a Igreja com todas  
187 as áreas que são neste momento ocupadas por ela.

188  
189 Haverá áreas comuns em decorrência da Lei, nomeadamente onde está o ar condicionado do Café  
190 Santa Cruz.

191  
192 De acordo com o Presidente da UFC, o que o Tribunal pediu foi que ambas as partes se entendam.

193  
194 O deputado António Virgílio Mendes tornou bem claro não estar em causa agora para ninguém  
195 que espaços ficarão em cada artigo mas, ainda assim, acha que a Assembleia deveria ser  
196 esclarecida sobre as áreas de cada artigo, e com suporte documental.

197  
198 O deputado Nuno Sousa questionou se foi comunicada a pretensão das partes à Direcção Geral  
199 do Património Cultural (DGPC).

200  
201 O Presidente da Junta respondeu que sim e acrescentou ser muito importante assinalar que, para  
202 a Câmara Municipal de Coimbra não existe qualquer problema, técnico ou outro, para se  
203 concretizar a actual vontade de acordo das partes.

204  
205 O deputado Ricardo Barata colocou também algumas questões e declarou que, em conformidade  
206 com os dados históricos existentes, todo o prédio é propriedade da Ex-Freguesia de Santa Cruz/  
207 União das Freguesias de Coimbra.

208  
209 O deputado Jovino da Chão defendeu a constituição em propriedade horizontal como um meio de  
210 resolver de uma vez por todas este assunto.

211  
212 O deputado Gonçalo Almeida advertiu para a perda de património por parte da UFC.

213  
214 A deputada Maria Helena Loureiro teceu algumas considerações que achou relevantes,  
215 nomeadamente não se tratar aqui de uma questão contra a Igreja Católica; o que se está a  
216 equacionar é uma defesa do património público.

217  
218 António Virgílio Mendes informou que o PS solicitou uma reunião à DGPC e até ao momento  
219 não foi possível reunir.  
220  
221 Para Ricardo Barata, o que está em causa é uma doação à Comissão Fabriqueira, pois a Lei proíbe  
222 a aquisição por usucapião deste tipo de espaços.  
223  
224 A advogada Cláudia Nunes Vicente, por solicitação da deputada Maria Helena Loureiro, tratou  
225 mais algumas questões técnicas e declarou que o Tribunal está apenas interessado em saber se a  
226 União das Freguesias de Coimbra, ao fazer um escritura de justificação de posse para se arrogar  
227 proprietária de um prédio inteiro, é ou não possuidora do prédio inteiro a ponto de ser declarada  
228 dona. Neste momento, o que se aguarda no processo judicial é saber se o Município considera  
229 tecnicamente viável a propriedade horizontal.  
230  
231 Para o deputado Nuno Sousa, a União de Freguesia tem tudo a ganhar em insistir na posse total.  
232  
233 O deputado Jovino da Chão salientou que, ao que sabe, fazer uma escritura com base em algo  
234 falso tem consequências gravíssimas para quem fez a declaração.  
235  
236 O Presidente da Mesa passou à votação, estando em causa aceitar o acordo a respeito do prédio  
237 do Café Santa Cruz, passando o prédio a um regime de propriedade horizontal, como Rés-do-  
238 Chão para a União das Freguesias de Coimbra e o primeiro andar para a Comissão Fabriqueira da  
239 Igreja de Santa Cruz. A ser o acordo homologado pelo Tribunal, constituirá título justificativo  
240 para efeitos de registo predial (nos termos do acordo).  
241  
242 O resultado foi de **6 votos a favor** (Jovino da Chão, Hugo Valente Abreu, Maria do Carmo  
243 Ferreira, Manuel Tovar Vieira, Ana Isabel Simões e Afonso Madeira), **6 votos contra** (António  
244 Virgílio Mendes, Ricardo Barata, Nuno Sousa, Apolino Pereira, Maria Helena Loureiro e Gonçalo  
245 Almeida) e **1 abstenção** (Mariana Ribeiro).  
246  
247 Deu-se a **aprovação** graças ao **voto de qualidade** do Presidente da Assembleia, que manteve o  
248 sentido de voto que teve sobre este assunto em sessão anterior.  
249  
250 Numa espécie de declaração de voto oral, o Presidente da Assembleia defendeu o seu voto com o  
251 posicionamento de todos aqueles que chamaria directos interessados.  
252  
253 O deputado Nuno Sousa apresentou uma declaração de voto conjunta do Partido Socialista, do  
254 GCE Cidadãos por Coimbra e da Coligação Democrática Unitária, passou a lê-la e faz parte  
255 integrante desta ata (**Anexo 8**).  
256  
257 O deputado Gonçalo Almeida ressaltou que lamenta a tomada de posição do Município nesta  
258 questão.  
259  
260 O Presidente da UFC pediu uma minuta da decisão à Mesa.  
261  
262 Em devida sequência, o Presidente da Mesa da Assembleia informou que o **Ponto 3 (Apreciação**  
263 **e votação de propostas de alteração dos valores da Tabela de Taxas e Emolumentos vigente**  
264 **na UFC)** foi retirado.  
265  
266 O deputado Gonçalo Almeida imediatamente questionou o porquê e o Presidente da Mesa  
267 respondeu que o Executivo entendeu serem necessários mais estudos.  
268  
269 O deputado Apolino Pereira quis deixar claro que não entendeu o porquê de serem apresentadas  
270 duas propostas de alteração dos valores e elogiou o bom senso do Executivo ao retirar a proposta.  
271

Alc.  
d. Silva  
H

272 O Presidente da Mesa seguiu com a ordem de trabalhos e passou ao **Ponto 4 (Debate sugerido**  
273 **pelo líder de bancada do Partido Socialista a respeito das comissões da Assembleia de**  
274 **Freguesia)**. Já nesse âmbito, leu a posição do GCE Somos Coimbra nesta Assembleia, que vale  
275 também como declaração prévia de voto (**Anexo 9**). Este posicionamento termina por propor a  
276 extinção das comissões da Assembleia de Freguesia.

277  
278 António Virgílio Mendes fez saber que, quando o GCE Somos Coimbra propôs estas comissões,  
279 teve algumas reticências, mas logo verificou o valor delas, sendo contra a extinção,  
280 independentemente de reconhecer o senso dos motivos apontados. Mais disse que, se o Executivo  
281 não quer colaborar, deve mesmo ser forçado a isso.

282  
283 O deputado Manuel Tovar Vieira recordou que já se tinha manifestado sobre este assunto por e-  
284 mail e fez alguns esclarecimentos.

285  
286 Discordou dos deputados do GCE Somos Coimbra quanto à apresentação de obstáculos e propôs  
287 persistência.

288  
289 O deputado Hugo Valente Abreu comunicou que é contra a extinção das comissões.

290  
291 O Presidente da UFC declarou mais uma vez não ser contra as comissões da Assembleia de  
292 Freguesia e não ter mesmo nada contra elas.

293  
294 O deputado Nuno Sousa vê nestas comissões actos de cidadania e defendeu a sua continuação.

295  
296 O deputado Gonçalo Almeida para apoiar o uso de persistência. Para ele, há aqui um debate, e  
297 muito bem, mas não faz sentido qualquer votação neste momento.

298  
299 Manuel Tovar Vieira acha muito grave tentar passar-se a responsabilidade do sucesso ou  
300 insucesso das comissões da Assembleia de Freguesia para o Executivo, assumindo a  
301 responsabilidade de não ter agendado com mais regularidade as sessões da comissão cuja  
302 presidência exerce.

303  
304 O deputado Apolino Pereira, no uso da palavra, disse ter sugerido o debate desta questão porque  
305 leu as comunicações dos presidentes das duas comissões com muita atenção e lhe pareceu haver  
306 ali coisas a terem que ser questionadas. As comissões da Assembleia podem contar com o Partido  
307 Socialista.

308  
309 O Presidente da Mesa colocou mesmo à votação a proposta do GCE Somos Coimbra de extinção  
310 das comissões da Assembleia de Freguesia por falta de condições para o desenvolvimento da sua  
311 actividade.

312  
313 O resultado foi a **recusa**, com **2 votos a favor** da extinção (Afonso Madeira e Mariana Ribeiro),  
314 **5 votos contra** (António Virgílio Mendes, Ricardo Barata, Nuno Sousa, Apolino Pereira e  
315 Gonçalo Almeida) e **6 abstenções** (Jovino da Chão, Hugo Valente Abreu, Maria do Carmo  
316 Ferreira, Manuel Tovar Vieira, Ana Isabel Simões e Maria Helena Loureiro).

317  
318 Maria Helena Loureiro quis dizer que o GCE Cidadãos por Coimbra se manifestou a favor das  
319 comissões da Assembleia desde o primeiro momento, porque via nelas uma contribuição para os  
320 deputados fazerem melhor o seu trabalho, mas também afirmou não ter ficado convencida de que  
321 estas comissões possam passar a ter um cenário mais favorável para prosseguir os objectivos.

322  
323 Dado o adiantado da hora, a sessão foi interrompida, tendo-se acertado retomar a mesma na  
324 quinta-feira seguinte, dia 11 de Julho, pelas 21h30m, na Sede da UFC.

325  
326

327  
328 A sessão foi reatada na data e local previstos, com todos os deputados eleitos presentes à excepção  
329 do Presidente da Assembleia Afonso Madeira, tendo sido substituído como membro da  
330 Assembleia, para esta reunião, por António Rosa Francisco.

331  
332 O Presidente da Assembleia já tinha prestado esclarecimentos sobre a inevitabilidade da sua  
333 ausência neste dia durante a reunião anterior, tendo recebido logo a compreensão das Secretárias  
334 da Mesa e de toda a Assembleia.

335  
336 Presidiu à Mesa a 1.ª Secretária, Ana Isabel Simões.

337  
338 A Presidente da Mesa em exercício informou os presentes que Presidente da Mesa deveria ter  
339 sido substituído, como membro desta Assembleia, por Arnaldo Antunes Palma e que, não  
340 podendo também este comparecer, justificou-se e remeteu para a pessoa imediatamente a seguir  
341 na lista: António Rosa Francisco (**Anexo 10**).

342  
343 Acrescentou que a Mesa poderia funcionar apenas com dois elementos mas não deixou de  
344 questionar a Assembleia sobre se algum dos deputados estaria disponível para fazer parte da Mesa  
345 durante a reunião.

346  
347 Ninguém se tendo oferecido, foram retomados os trabalhos com o **Ponto 5** da OT (**Apreciação**  
348 **da informação do Sr. Presidente da Junta da União das Freguesias de Coimbra acerca da**  
349 **actividade desta, bem como da situação financeira actual da União**).

350  
351 O deputado Ricardo Barata pediu ao Presidente da UFC para esclarecer o porquê de algumas  
352 visitas institucionais a organismos fora da União das Freguesias.

353  
354 O Presidente da Junta informou que as visitas tiveram a ver com o Projecto JUNTAR.

355  
356 Outra questão do deputado Ricardo Barata teve a ver com a natureza de um ou mais almoços do  
357 Executivo com funcionárias.

358  
359 O Presidente da UFC, em resposta, disse que há almoços mensais entre o Executivo e os  
360 funcionários para discussão de problemas de trabalho e acertar de procedimentos, não escondendo  
361 ser a UFC que paga.

362  
363 O deputado Ricardo Barata alertou para trata-se de dinheiro do erário público, destinado a servir  
364 fins públicos e não para pagar almoços ou jantares. Segundo ele, o Presidente da Junta está a  
365 cometer uma ilegalidade.

366  
367 O Presidente da Junta defendeu prontamente que estes são almoços de trabalho e não quaisquer  
368 festas, mas irá inteirar-se melhor do que diz o Acórdão n.º 32/2015 5RO/2015, invocado pelo  
369 deputado do PS.

370  
371 O deputado Gonçalo Almeida solicitou vários esclarecimentos.

372  
373 O Presidente da Junta esclareceu as dúvidas do deputado, nomeadamente a respeito de parcerias  
374 no âmbito do Projecto JUNTAR.

375  
376 O deputado António Virgílio Mendes aconselhou o Presidente da Junta a pedir um parecer ao  
377 jurista que trabalha com a UFC sobre os almoços mensais com funcionários pagos pelo erário  
378 público.

379  
380 Referiu igualmente que os protocolos com a Fundação Portuguesa de Cardiologia e a Escola de  
381 Enfermagem parecem não estar a ser cumpridos, salientando que quando passa no Mercado do

382 Calhabé, os espaços para cumprimento de tais protocolos estão sempre encerrados.  
383  
384 O Presidente da UFC reconheceu que têm havido alguns problemas com os protocolos referidos  
385 mas estes irão manter-se e, eventualmente, até ser desenvolvidos.  
386  
387 A deputada Maria Helena Loureiro saudou o Executivo pela renovada festa dos Santos Populares  
388 no Romal.  
389  
390 Por seu lado, o deputado Gonçalo Almeida referiu-se a um desacato no Largo do Romal, durante  
391 a ocasião em apreço, sem que se tivesse verificado a presença de qualquer força policial.  
392  
393 Autorizado a usar da palavra, o 1.º Vogal da Junta, Manuel Lobão, fez saber que a polícia é  
394 chamada quando existe um distúrbio.  
395  
396 A Presidente da Mesa em exercício passou para o ponto seguinte da OT, o **Ponto 6 (Outros**  
397 **assuntos de interesse para a União de Freguesias, a serem suscitados pelos membros da**  
398 **Assembleia).**  
399  
400 Aqui, ela própria quis recordar três situações na zona da Pedrulha que ainda não foram resolvidas:  
401 as condições precárias de um varandim de acesso ao Cemitério da Pedrulha, falta de limpeza do  
402 terreno entre esse cemitério e a habitação mais próxima, e a degradação do pavimento na Rua 1.º  
403 de Maio.  
404  
405 A deputada Maria Helena Loureiro pediu a palavra para falar das alterações ao sentido do trânsito  
406 que suscitam problemas pela falta de visibilidade adequada no cruzamento do Largo da Sota e da  
407 Rua da Sota.  
408  
409 Por outro lado, o estacionamento na Praça do Comércio é inadequado ao local, ninguém está a  
410 pagar o estacionamento que é suposto ser pago na rua do Arnado e o palanque ao fundo da Escada  
411 dos Gatos dá uma má imagem.  
412  
413 A deputada criticou também a existência de placares de informação de obras com as obras já  
414 concluídas espalhados pela UFC, pedindo à junta para apelar à sua retirada.  
415  
416 Outro ponto que a deixou insatisfeita prende-se com os postos de incêndio junto à Cozinha  
417 Económica não funcionarem.  
418  
419 Finalmente, alertou para que as obras da EDP na Rua dos Esteireiros deixaram pedras soltas e a  
420 rua está sem luz há pelo menos uma semana.  
421  
422 O Presidenta da Junta fez saber que já chamou a atenção para todos os casos mencionados pela  
423 deputada.  
424  
425 Para Gonçalo Almeida, todos os estacionamentos deveriam ser gratuitos.  
426  
427 Chamou depois a atenção para a falta de limpeza na zona do edifício das Galerias do Arnado e  
428 para a dificuldade dos autocarros turísticos transitarem na Rua Marnoco e Sousa.  
429  
430 Não concluí sem solicitar a limpeza da encosta do Bairro Nossa Senhora de Fátima (entre a Rua  
431 Luís Ramos e a Rua Manuel Madeira).  
432  
433 Já o deputado Virgílio Mendes criticou a falta de policiamento nocturno em Coimbra.  
434  
435 Segundo o deputado Nuno Sousa, cidades com centros históricos como o de Coimbra deveriam  
436 ter o trânsito e o estacionamento interditados nesses espaços.



437  
438 O deputado Apolino Pereira fez saber que continua a verificar-se o uso abusivo do Polidesportivo  
439 da Pedrulha por um indivíduo que vai lá para treinar cães. A Rua 1.º de Maio tem 100 metros em  
440 que é de dois sentidos, sugerindo o deputado que se peça um sentido único para esta via. Propõem  
441 ainda limitações de velocidade nas Ruas 1.º de Maio e 4 de Julho bem como a colocação de  
442 passadeiras elevadas.  
443  
444 A deputada Maria Helena Loureiro pediu novamente a palavra para tecer alguns reparos a respeito  
445 dos novos carros eléctricos, nomeadamente circularem sem o ar condicionado ligado e fazerem  
446 um barulho em cada paragem que classificou como quase insuportável.  
447  
448 Mariana Ribeiro distribuiu então um texto do GCE Somos Coimbra, sobre geminações com  
449 entidades congéneres da UFC, tendo-o lido (**Anexo 11**).  
450  
451 O Presidente da Junta salientou que não tem nada a opor. O Executivo está aberto e satisfeito com  
452 estas possibilidades.  
453  
454 Assim sendo, o GCE Somos Coimbra apresentará uma proposta à Assembleia, para ser votada  
455 durante a próxima sessão.  
456  
457 A Presidente da Mesa em exercício fez saber que a informação que o Agrupamento a que a escola  
458 da Pedrulha pertence difundiu indicações de que seria escusado proceder a inscrições porque a  
459 escola nunca chegaria a abrir, o que condicionou as possibilidades pré existentes de abertura da  
460 escola.  
461  
462 O Secretário da Junta adiantou ter achado “estranho” só quatro ou cinco pessoas terem feito  
463 inscrições nesta escola como 1.ª opção.  
464  
465 A deputada Maria Helena Loureiro defendeu o esclarecimento urgente desta situação.  
466  
467 O Presidente da Junta garantiu que vai tentar perceber o que se passa e o que se passou.  
468 Manifestou a sua tristeza pela escola da Pedrulha não reabrir.  
469  
470 António Virgílio Mendes questionou ainda se se sabia se houve algum levantamento sobre o  
471 número de crianças a residir na Pedrulha.  
472  
473 Para o Presidente da Junta a escola acaba por fechar por falta de segurança, com os pais a  
474 deslocarem os seus filhos, e não por falta de crianças na Pedrulha.  
475  
476 Nada mais havendo a tratar, a Presidente da Mesa em exercício deu por encerrada a sessão, da  
477 qual se lavrou a presente ata, a qual, uma vez aprovada, vai a assinar pelo Presidente e Secretárias  
478 da Mesa.

*Afonso Miguel de Freitas Torres Madalena*

*Ana Isabel Rodrigues Carvalho Simões*

*Raquel Alexandra Raquel Pires*